

SEMANA DO SENADO

Monólogo de Simonsen perante congressistas

A presença do Ministro Mário Simonsen, do Planejamento, por duas vezes, no Plenário do Senado, discutindo com os representantes dos Estados assuntos atinentes à sua Pasta, poderá ser o reinício de uma prática democrática, há muito afastada da nossa vida política: o debate da sociedade com o Estado.

Seguindo essa esteira, dia 21 será a vez do Ministro da Indústria e do Comércio, Camilo Penna, debater com os Senadores a política do seu Ministério. Em agosto, tudo indica, o Ministro Petrônio Portella, da Justiça, deverá ser convocado para falar sobre as reformas políticas que o Presidente Figueiredo pretende implantar, para dar continuidade ao processo de aberturas "lento, gradual e seguro", iniciado pelo seu antecessor.

Contudo, se a prática é válida e salutar para a vida política brasileira, necessário se faz que os representantes do povo se preparem para o debate, a fim de extrair dele resultados satisfatórios. Dizer-se que o Regimento favorece o palestrante, no caso o Ministro de Estado, não procede; uma vez que, mesmo assim, o senador Franco Montoro (MDB - SP), com sua vivência parlamentar, conseguiu conduzir os debates e levar Simonsen a se comprometer com uma tese oposicionista, no que diz respeito a quebra do princípio da anualidade para os reajustes salariais.

Se por um lado, a presença de Simonsen no Senado abriu uma fenda para a restauração da prática democrática do debate da sociedade com o Estado, por outro, vale destacar, ele serviu para valorizar o Legislativo. Simonsen, por várias vezes, devolveu aos políticos a responsabilidade pelas decisões políticas. Em diversas oportunidades, quando questionado pelos Senadores, ele observou que o melhor "forum" para o debate das questões levantadas era o próprio Senado.

Foi assim no caso do III PND e no caso dos reajustes salariais. No primeiro, quando provocado por Santillo, ele disse que o III PND deveria ser discutido no Legislativo e não na sociedade, como deseja o senador oposicionista goiano. Na

oportunidade, Simonsen lembrou que, tratando-se de uma lei, era o Congresso Nacional o local ideal para a sua discussão. Quanto aos reajustes, ele disse que a fórmula seria fácil de ser encontrada, mas que competia ao Legislativo debater a decisão política sobre a oportunidade ou não de lei.

Vale ressaltar, ainda, o reencontro do povo com os seus representantes. Nesta semana, o Senado recebeu a visita, por duas vezes, da Companhia de Teatro que está levando na Escola Parque a "Revista do Henfil". Nas duas oportunidades, os artistas foram levar aos políticos denúncias de que estavam sofrendo ameaças, inclusive de que "o teatro voaria pelos ares" se continuassem na apresentação da peça.

Nas duas oportunidades o Senado acolheu as denúncias e formulou apelo as autoridades, plenamente atendido pelo Ministro da Justiça, enviando um destacamento de polícia ao local. Isto, no entanto, segundo os artistas e os senadores oposicionistas, não serviu para conter a audácia de grupos radicais que, na terça-feira, colocaram duas bombas no Teatro da Escola Parque e na quinta uma bomba relógio marcada para detonar às 22 horas.

Em face dessa nova denúncia, as duas lideranças e a presidência da Casa entraram imediatamente em contato com o Ministério da Justiça solicitando providências para atender aos reclamos da Companhia de Teatro. Restabelecida, assim, a confiança do povo nos seus representantes, resta, agora, às lideranças políticas encontrarem o caminho para a valorização do poder que integram.

Para isto, a Oposição espera que o presidente do Congresso adote medidas necessárias para que seja considerada inconstitucional a lei Mendes Canale que prorroga as convenções partidárias, sancionada pelo Presidente da República sem ter concluída a sua tramitação no Legislativo. Itamar Franco, pelo MDB, promete cobrar na segunda-feira uma representação do Congresso ao Judiciário inquinando a sua inconstitucionalidade. (F.M.).